COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 3.266, DE 2008

Dispõe sobre a criação das sociedades seguradoras especializadas em microsseguros, dos corretores de seguros especializados e dá outras providências.

Autor: Deputado ADILSON SOARES

Relator: Deputado SANDRO MABEL

I – RELATÓRIO

Cuida-se no caso do Projeto acima epigrafado de matéria referente ao microsseguro e ao tipo de sociedade que deverá operá-lo no território nacional. Exige-se, no art. 1º do Projeto, que tal sociedade seja específica, não atuando, portanto, em quaisquer outros tipos de atividade ou ramos. As atuais sociedades seguradoras, segundo a proposição, se pretenderem atuar na esfera dos microsseguros, deverão promover na SUSEP (Superintendência de Seguros Privados) a sua especialização, mediante cisão ou ao recurso de outro “ato societário pertinente”.

As sociedades seguradoras que se dedicarem aos microsseguros ficarão subordinadas às normas e à fiscalização da SUSEP.

Caberá, exclusivamente, ao Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP – disciplinar o seguro de que cuida do Projeto de Lei nº 3.266, de 2008.

Em sua justificação do Projeto, o seu autor, o ilustre Deputado Adilson Soares assinala o fato de a contratação de seguros no Brasil

ter se concentrado preferencialmente nas classes A e B, excluindo, portanto, as classes C, D e E.

O proponente do Projeto lembra que na “Índia e na França, p.ex., o microsseguro é um verdadeiro sucesso e atinge milhões de pessoas, sendo naqueles países um instrumento de inclusão social e expansão da economia.”

A Comissão de Finanças e Tributação concluiu pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo, portanto, pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária. No mérito, votou pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo apresentado pelo Relator, o ilustre Deputado Aelton Freitas.

Esse Substitutivo detalha mais a matéria, apresentando, já no seu artigo primeiro, a definição do microsseguro. Esse seria o instrumento visando a “(...) preservar a situação socioeconômica, pessoal ou familiar, da população de baixa renda, contra riscos específicos, mediante pagamentos de prêmios proporcionais às probabilidades e aos custos dos riscos envolvidos, em conformidade com a legislação e os princípios de seguro globalmente aceitos.”

O Substitutivo estabelece parâmetros a serem considerados pelo órgão regulador no que concerne aos microsseguros: limite máximo de garantia e/ou capital segurado; prazo máximo para pagamento de indenização; prazo de vigência; formas de comercialização simplificadas, inclusive por meios eletrônicos; e, por último, formas de contratação simplificadas por apólices, bilhetes, certificados individuais e meios eletrônicos.

Vem em seguida o Projeto a esse Colegiado, onde foi apresentado Substitutivo, de autoria do Deputado Bruno Araújo. Essa emenda substitutiva se cinge a aspectos de técnica legislativa e visa a aperfeiçoar o Substitutivo da Comissão de Finanças e Tributação.

É o relatório

II – VOTO DO RELATOR

Cabe a esta Comissão examinar as proposições quanto à constitucionalidade, à juridicidade e à técnica legislativa, consoante a alínea a do inciso IV do art. 32 do Regimento Interno desta Casa.

A Constituição da República em seu art. 22, inciso VII, dispõe ser competência privativa da União legislar sobre seguros. Questão que poderia ser levantada a essa altura é se poderia um Parlamentar deflagrar o processo legislativo em tal matéria. O exame do art. 61, § 1º, demonstra que o tema do Projeto não se encontra no rol de atribuições privativas da Presidência da República. Eis por que pode um Parlamentar propor projeto em tal matéria.

Examinando-se o corpo do Projeto, verifica-se que praticamente não apresenta inconstitucionalidade, salvo o seu art. 4º que estabelece prazo para órgão do Poder Executivo editar resolução referente ao tema. Efetuada a correção, não haverá reparos a fazer quanto à constitucionalidade.

No que concerne à juridicidade, este relator não detectou qualquer atentado aos princípios gerais do direito que informam o sistema jurídico pátrio. É, desse modo, jurídica a proposição.

No que concerne à técnica legislativa, observo que o Projeto atende as exigências da Lei Complementar nº 95, de 1998.

O Substitutivo, oferecido pela Comissão de Finanças e Tributação, é constitucional e jurídico.

Quanto à técnica legislativa, merece reparos. Seu art. 9º foi grafado como cardinal e não como ordinal, consoante o mandamento da Lei Complementar nº 95, de 1998. O art. 9º faz ainda remissão equivocada ao próprio art. 9º, quando deveria se referir ao art. 8º. Esses problemas, porém, foram corrigidos pelo Substitutivo do Deputado Bruno Araújo, apresentado neste Colegiado. O referido Substitutivo aperfeiçoa ainda a redação de outros dispositivos do Substitutivo da Comissão de Finanças e Tributação, ao substituir a expressão “órgão regulador dos seguros privados” por “órgão regulador do Sistema Nacional de Seguros Privados.”

Ante o exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.266, de 2008, na forma de emenda anexa e do Substitutivo da Comissão de Finanças e Tributação na forma do Substitutivo apresentado na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Sala da Comissão, em de de 2011.

Deputado SANDRO MABEL
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 3.266, DE 2008

Dispõe sobre a criação das sociedades seguradoras especializadas em microsseguros, dos corretores de seguros especializados e dá outras providências

EMENDA SUPRESSIVA Nº 1

Suprime-se o art. 4º do Projeto de Lei nº 3.266, de 2008, renumerando-se o seguinte.

Sala da Comissão, em de de 2011.

Deputado SANDRO MABEL
Relator